



## Entrevista Mafalda Lopes dos Santos

DIRECTORA-GERAL DO INA

# Excedentários “vão ter de saber o que querem fazer”

A gestão dos excedentários não pode ser feita apenas por computador, defende a nova directora-geral do INA. Desde que tomou posse, Governo enviou pelo menos 70 pessoas para a mobilidade especial. Esperam-se mais

**CATARINA ALMEIDA PEREIRA**  
catarinapereira@negocios.pt

Perdeu o estatuto de instituto público, a sede no “aprazível” Palácio do Marquês de Pombal, em Oeiras, reduziu funcionários ao mesmo tempo que ganhou competências e até algum orçamento. A nova Direcção-Geral dos Trabalhadores em Funções Públicas, antigo INA, é dirigida por Mafalda Lopes dos Santos, que assume responsabilidades na gestão da mobilidade, numa altura em que o Governo anuncia novas reformas.

**O INA ganhou responsabilidades a esse nível da mobilidade, que tem desde o início do ano regras mais alargadas. Qual vai ser a intervenção do INA neste processo?**

Como entidade gestora da mobilidade, a nossa intervenção passará eventualmente por facilitar o preenchimento de postos de trabalho vagos através de mecanismos de mobilidade. Um dos nossos projectos para 2013 é dinamizar a bolsa de emprego público (BEP), potenciando o “matching” entre a vontade dos trabalhadores e dos serviços.

**O que é que não está a acontecer e que gostava de alterar?**

O que está a acontecer é que neste momento a BEP acaba por funcionar como repositório de informação. Não é feito esse encontro entre as vontades do trabalhador e as necessidades dos serviços.

**Pela experiência que tem, em que áreas são mais necessários trabalhadores?**

Da experiência que tenho, continua a haver necessidade de trabalhadores com formação jurídica, ou em áreas como a contratação pública.

**Mas a verdade é que se há casos em que a mobilidade resolve esse problema há outros que é preciso formação específica de base.**

Independentemente de poder

ser necessário haver algum rejuvenescimento de quadros, ainda assim há aqui algum espaço para recolocação.

**O novo regime de mobilidade geográfica, que prevê que os funcionários possam ser enviados para qualquer ponto do país, vai ter muito impacto?**

Aquilo que é proposto pode resolver algumas situações, por exemplo em serviços desconcentrados, que têm representação em todo o País. Em relação a outros países europeus já temos há vários anos um regime de mobilidade que funciona muitíssimo bem. Pelo menos para já, creio que o impacto não será imenso.

**O Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC) foi desenhado para reduzir estruturas e dirigentes. Mas não se mexe em estruturas sem tocar na base. Quantos funcionários foram enviados para mobilidade especial desde que este Governo tomou posse?**

Desde Junho de 2011, desde que o Governo tomou posse até Novembro de 2012 não foram muitos, cerca de 70 trabalhadores.

**Em que entidades?**

No Instituto Português do Desporto e da Juventude (IPDJ), onde foram cerca de 20 pessoas. Na Universidade Aberta. Depois há alguns [funcionários] do ministério das Finanças e da Educação. Mas grande parte dos processos poderão ainda não estar terminados. É provável que haja mais algumas situações.

**O INA está a desenvolver um estudo sobre os funcionários públicos em mobilidade especial. Das conclusões a que chegaram nesta primeira fase, quais foram as que mais a surpreenderam?**

Falámos com as pessoas que nas secretarias-gerais trabalham diariamente com os trabalhadores em mobilidade especial, fizemos reuniões com as associações sindicais

**O impacto do novo regime de mobilidade [geográfica] não será imenso.**

**A bolsa dos trabalhadores em mobilidade especial não é um repositório que permita às pessoas estar em situação de pré-reforma.**

**Gostaríamos que o sistema fosse um bocadinho mais humanizado, que não fosse unicamente baseado no sistema informático.**

**A situação financeira do INA era de facto muito complicada.**

e auditorias ao sistema informático, que vai passar para nós. E foi neste contexto que se inseriram as entrevistas com os trabalhadores. Foram realizadas pessoalmente, pelo País todo. Esta aproximação e este conhecimento dos trabalhadores é algo que faltava no sistema, porque a entidade gestora da mobilidade fazia essencialmente uma gestão de trabalhadores com base no sistema informático. (...) Estes dados [provisórios] reflectem tendências, mas não esperava que existissem 40% de trabalhadores que não foram chamados para procedimentos concursais.

**Porque é que isso aconteceu?**

Uma das razões é o facto de existirem pequenas falhas no sistema, como falhas no carregamento das habilitações, das carreiras, dos próprios locais de residência.

**Mas não é assim tão difícil verificar os dados das cerca de mil pessoas que estão disponíveis para trabalhar.**

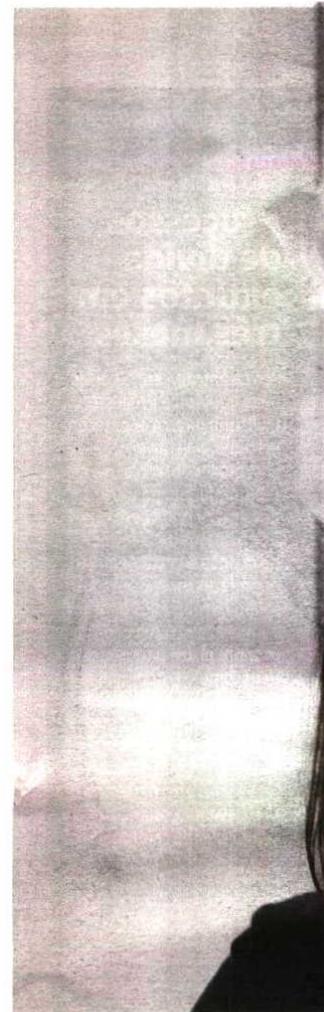
Nós já verificámos e estamos a corrigir. E basta uma falha em termos de sistema informático [para condicionar o concurso].

**Então estas pessoas estiveram em casa o tempo todo? Pode acontecer.**

**E estamos a falar de pessoas que estão desde 2007, 2008, em mobilidade especial? Pode acontecer.**

**Os dados de recolocação são muito baixos. A promessa no PRACE era de que os funcionários teriam formação e seriam recolocados. Mas estes dados mostram claramente que não houve qualquer tipo de intervenção. O que é que falhou?**

Quando estamos a falar de uma grande dispersão pelo território e de pessoas com baixas qualificações, uma abertura de um procedimento concursal pode, para determinadas



zonas, não ser frequente. Os dados de recolocação não são muito baixos, houve mais de mil pessoas que foram colocadas e desde o início do ano já reiniciaram funções mais de 70 pessoas. Não [se pode dizer que] falhou. Mas se calhar há áreas que precisam de ser desenvolvidas e melhoradas. E esse foi o nosso ponto de partida. (...) Uma das conclusões [do estudo] é que mais de 75% das pessoas em mobilidade especial têm idade superior a 50 anos.

**São mais difíceis de requalificar.**

E muitos dos trabalhadores desconhecem as regras sobre aposentação.

**Mas mais vale ter metade do salário e não ter uma penalização pela antecipação da pensão, do que estar a antecipar a aposentação com penalizações.**

Mas a bolsa da mobilidade especial não é um repositório nem é um sistema que permita às pessoas estar numa situação de pré-reforma. É um sistema criado para recolocar e requalificar. Estas pessoas vão ter de optar. Vão chegar a um ponto em que vão ter que saber o que pretendem fazer. Ou optam por ir para a

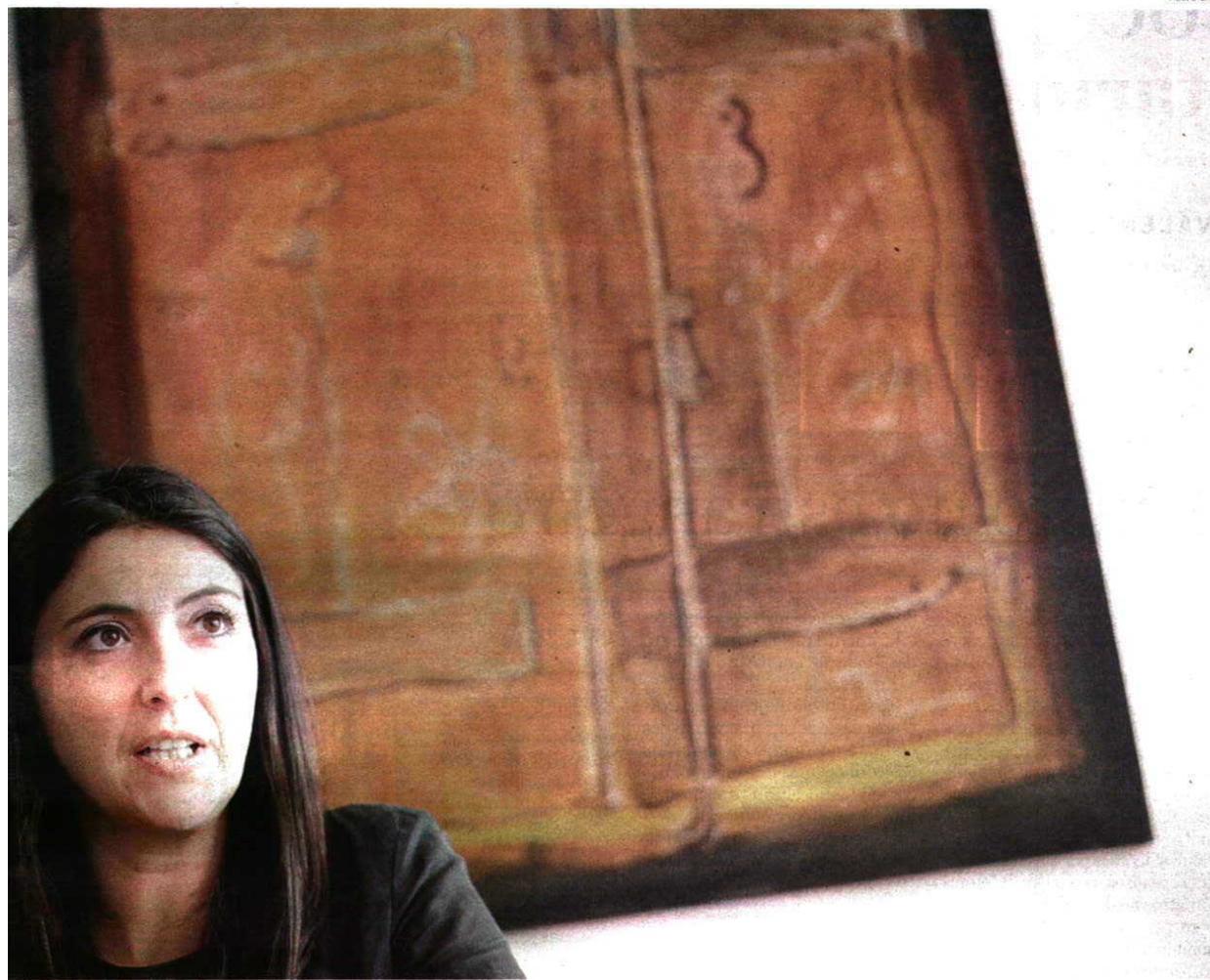


Pedro Elias

## PERFIL

MAFALDA LOPES DOS SANTOS

Foi durante meses adjunta do secretário de Estado do Orçamento da equipa de Bagão Félix, mas como técnica da DGAEP seguiu de perto a reforma da Administração pública da equipa de Teixeira dos Santos. Licenciada em Direito, começou a carreira como advogada, mas em 2000 foi admitida na Direcção-geral da Administração Pública (DGAEP), onde esteve como jurista até 2007, tendo apenas interrompido o trabalho técnico em 2004 e 2005 para ser adjunta do secretário de Estado do Orçamento Manuel Teixeira, que é hoje secretário de Estado da Saúde. Gostou da componente política. De volta à DGAEP, acompanhou o complexo processo jurídico que concretizou a reforma da administração pública do Governo de José Sócrates. Em 2007, passou para a área de recursos humanos na Rua da Horta Seca, onde conheceu três ministros: Manuel Pinho, Vieira da Silva e Álvaro Santos Pereira. Foi nomeada em regime de substituição como directora-geral do INA, em Fevereiro. Em Julho faz 40 anos.



aposentação, porque reúne condições, ou vão ter que estar disponíveis para ser recolocados. Sendo-lhes oferecida uma colocação e negando uma colocação tem outras consequências que a lei prevê.

**Nomeadamente perder a bolsa.**  
 Exactamente.

**Qual é, na sua opinião, a melhor solução para estas pessoas?**

Enquanto entidade gestora temos que nos bater pela requalificação e pela recolocação no mercado de trabalho. Haverá com certeza situações mais complicadas. Essas terão que ser geridas de outras forma. Aí poderão entrar tanto a proposta de aposentação como rescisões amigáveis, se o trabalhador estiver de acordo.

**O Governo anunciou que pretende que o sistema de mobilidade especial seja mais abrangente. Pode garantir que não vai voltar a acontecer o que aconteceu?**

No que depender de mim e da equipa que está a fazer a gestão da mobilidade gostaríamos que alguma intervenção fosse diferente.

Que o o sistema fosse um bocadinho mais humanizado, que não fosse unicamente baseado no sistema informático.

**Mas em termos operacionais, o sistema está preparado para receber uma grande vaga de pessoas em mobilidade especial?**

A decisão sobre a maior ou menor abrangência é política. Nesse âmbito o INA como entidade gestora terá oportunidade de se pronunciar. E vamos ter que ter um trabalho interno de adaptação de opções que venham a ser tomadas.

**O secretário de Estado da Administração Pública disse há uns meses no Parlamento que o INA estava numa situação financeira delicada. O que é que foi feito?**

Eu vim para o INA em Fevereiro e a situação financeira era de facto muito complicada. Tínhamos muitos pagamentos em atraso [1,3 milhões de euros em 2011].

**Pagamentos em atraso a quem?**

A fornecedores. Todo o tipo de fornecedores, incluindo formadores. Tínhamos de facto muitos pa-

gamentos em atraso a todo o tipo de fornecedores, desde água, luz... Repare... o INA estava essencialmente vocacionado para formação e era um instituto público que via essencialmente de receitas próprias. O Palácio do Marquês de Pombal, onde estava instalado, embora fosse um sítio muito agradável, era um edifício complicado em termos de despesas de manutenção. Temos vindo a fazer um movimento de racionalização importante, nomeadamente através da diminuição do número de efectivos. Fizemos uma redução de cerca de 30%.

**Mas houve um ligeiro aumento do orçamento destinado ao INA [de 1,4%, para 6,7 milhões de euros]. Se há racionalização não seria natural que diminuisse?**

Não é essa a questão. Uma direcção-geral não tem autonomia financeira e tem um outro regime financeiro completamente diferente de um instituto público. E até a própria utilização de receitas próprias é distinta, porque não podemos dispor das receitas próprias da mesma maneira.

## IDEIAS-CHAVE

REGRAS VÃO VOLTAR A SER REVISTAS

De todas as declarações políticas sobre as alterações que serão feitas ao sistema de mobilidade especial, a da Comissão Europeia foi a mais clara: "O objectivo é simplificar procedimentos, limitar salários ["compensations"] e aplicá-la a todos os sectores da Administração Pública", dizem os técnicos de Bruxelas num relatório sobre a sexta avaliação. Até agora, e apesar de os dados recentes revelarem que o sistema não está abandonado, o número mais significativo de excedentários que passaram por esta bolsa resultado do PRACE, o programa de reestruturação da administração central da responsabilidade do Executivo de José Sócrates. Os

resultados preliminares do trabalho agora elaborado pelo INA revelam que desde 2006 foram colocados em mobilidade especial 3.860 funcionários, sobretudo pouco qualificados e provenientes do ministério da Agricultura e que 1.054 permanecem nessa situação. O objectivo era requalificar e recolocar os funcionários, mas o relatório conclui que teve um "sucesso limitado". Seis anos depois, apenas 15% reiniciou funções. O actual executivo reduziu o salário a que têm direito os funcionários em mobilidade, que passou a ser de 50% ao fim de um ano nesta situação. Serão desenhadas novas medidas ao longo deste ano.



Excedentários "vão ter de decidir o que querem fazer" **Economia 28 e 29**



**Devedores sem bens penhoráveis dispararam quadruplicaram em dois anos**

Economia 26 e 27